



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

**ACESSIBILIDADE E DEFICIÊNCIA FÍSICA: CAMINHOS NECESSÁRIOS PARA  
UMA SOCIEDADE INCLUSIVA**

Kelli Cristina Rodrigues Silva

Matricula: 20122351522

Rio de Janeiro

201

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

Kelli Cristina Rodrigues Silva

**Acessibilidade e Deficiência física: caminhos necessários para uma sociedade inclusiva.**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito essencial para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Alice de Moura Ramos

Rio de janeiro

2017

In memoriam

Dedico este trabalho aos meus Pais Maria Geni Alves da Silva e Eduardo Rodrigues Silva, com todo seu carinho e incentivo, mostraram que os sonhos podem se tornar realidade.

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a Deus que nos momentos de tristezas e ansiedade, estendeu sua mão, mostrando a fé em mim, fazendo com que as “alegrias” fossem maiores que as dificuldades.

A meus irmãos Sonia, Eduardo, Dora e Ricardo, que no momento mais difícil da minha vida estiveram ao meu lado, com seu amor e carinho.

As minhas sobrinhas Thayane e Juliana que desde o nascimento trouxeram amor, alegria e felicidade a minha vida, fazendo de cada minuto um momento de riso, e a certeza que a vida vale a pena.

E a todos aqueles que passaram por minha vida e deixaram um pedaço do seu coração e ensinamento, e principalmente a meus amigos, que mesmo depois de vários anos, continuamos juntos, firmes na nossa amizade.

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO que foi um campo de aprendizado, discussões e reflexões sobre a educação, meu muito obrigado.

Agradeço também ao professor Márcio Berbat, que com todo seu carinho e atenção, mostrou que posso ser mais do que penso, que posso voar muito mais alto e longe, obrigado por tudo professor!!

E também a professora Lucia Perez que foi a minha leitora que desde o primeiro momento mostrou seu carinho por mim com suas palavras de incentivo.

E um obrigado muito especial a minha orientadora Maria Alice, que foi o meu farol para terminar minha monografia, sem ela este trabalho não seria minha estória de vida.

“Sem a curiosidade que me move, que me  
inquieta, que me ensina na busca,  
não aprendo nem ensino”.

Paulo Freire

## Resumo

O referido trabalho busca apresentar uma reflexão sobre os avanços nas leis de inclusão, que mesmo com as conquistas alcançadas, ainda temos muito a trabalhar. A grande dificuldade de acessibilidade para pessoas com deficiência, nos meios urbanos e social, e as lutas dos Movimentos Sociais pelas pessoas com deficiências, e principalmente a minha narrativa pessoal da convivência com uma cadeirante, com seus anseios, medos e dificuldade de locomoção pela cidade. Este trabalho vem também ajudar os profissionais da educação nas normas e leis das pessoas com deficiência no Brasil, auxiliando na integração e convivência destas pessoas na sociedade.

**Palavras- Chaves:** deficiência física, acessibilidade, políticas públicas; parolimpíadas.

## ÍNDICE DE SIGLAS

**ABBR** - Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação

**ABNT NBR** - Norma Brasileira aprovada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas

**AEE** – Atendimento Educacional Especializado

**APAE** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

**CENESP** - Centro Nacional de Educação Especial

**CVI** - Centro de Vida Independente

**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente

**IBC** - Instituto Benjamin Constant

**INES** - Instituto Nacional da Educação dos Surdos

**LDEN** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MEC** - Ministério da Educação e Cultura

**ONG** - organização não governamental

**PNE** - Plano Nacional de Educação

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1- Números da Educação Especial.</b> -----	<b>25</b>
<b>Gráfico 2- Idade.</b> -----	<b>32</b>
<b>Gráfico 3- Estado.</b> -----	<b>33</b>
<b>Gráfico 4- Contribuição.</b> -----	<b>33</b>
<b>Gráfico 5- Políticas Públicas.</b> -----	<b>34</b>
<b>Gráfico 6- Proposta.</b> -----	<b>34</b>

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	17
<b>Capítulo I.</b> Um pouco da História das Políticas Públicas de Inclusão .....	19
<b>Capítulo II.</b> Inclusão Familiar .....	23
<b>Capítulo III.</b> Formação de Professor .....	26
<b>Capítulo IV.</b> Inclusão Escolar .....	30
<b>Capítulo V.</b> Inclusão Social .....	32
<b>Conclusão</b> .....	37
<b>Referências</b> .....	39
<b>Anexo</b> .....	41

## **Introdução**

Mesmo com os contínuos avanços e apresentando leis consideradas as melhores do mundo, o Brasil, ainda tem hoje muita dificuldade de acessibilidade e inclusão, fazendo com que as pessoas com deficiência se sintam discriminadas no seu dia a dia. Este trabalho tem como proposta uma reflexão sobre os três eixos centrais que são: os Movimentos Sociais, Narrativas de Experiências e a Inclusão escolar em salas regulares.

E a grande pergunta é: como vivem as pessoas com deficiência dentro desta Política Pública de Inclusão? E como elas se beneficiam com estas políticas?

Com os Movimentos Sociais, vieram à visibilidade das pessoas com deficiências, criando nelas autoestima e mais essencial a “autonomia”, ajudando na criação de leis mais eficazes e contribuindo para a sua visibilidade e integração na sociedade.

Na minha narrativa de experiência irei contar como a deficiência passa a fazer parte da minha história de vida, como foi conviver com minha mãe que se tornou cadeirante e como foi a reintegração a sua nova situação dentro da família, dos amigos e também da sociedade e suas dificuldades diárias.

Farei uma visão geral da história das Políticas Públicas para as pessoas com deficiência física e motora.

A partir das Paralimpíadas (2016) que foram realizadas no Rio de Janeiro, elaborei algumas perguntas que foram usadas em um questionário, aplicado durante o evento, especificamente para os cadeirantes que participavam como torcedores durante os jogos. Com isso obtive dados sobre como eles vivenciam o dia a dia na esfera social, e como isso mudou a vida deles durante um pequeno período de tempo.

Outro ponto abordado versa sobre os alunos que estão sendo incluídos dentro das salas regulares, sua dificuldade e desafios para uma escolarização democrática e eficaz. Pois uma escola democrática possibilita um diálogo com todos os envolvidos, dando oportunidade de participação de toda a comunidade na busca de soluções para uma inclusão efetiva. Também implica em um processo de negociação permanente dos conflitos de interesse e ideias auxiliando a convivência na diversidade.

O método utilizado para este trabalho foi o bibliográfico e a narrativa de experiência, já que trago minha história como filha de uma cadeirante. Dessa narrativa irei fazer uma reflexão de como vivem e como se comportam na sociedade as pessoas com deficiência. Sempre tive curiosidade sobre como viviam e como se locomoviam seus pares. Por

experiência própria, passei por muitas situações constrangedoras, que antes da doença da minha mãe, nunca imaginei passar, irei narrar esta experiência.

Na biografia, procurei temas que falassem sobre Movimentos Sociais, e as lutas das pessoas com deficiência para o reconhecimento de seus direitos, desencadeados nos anos 70 até os dias atuais. Foram estes Movimentos que deram visibilidade para estas pessoas e as colocaram no centro da discussão, que são eles: trabalho, locomoção e convivência.

Este trabalho foi feito para que as dúvidas ainda existentes no Brasil, sobre as Leis e Políticas Públicas de Inclusão, possam ser vistas mais amplamente e ao mesmo tempo ser uma ferramenta para os profissionais de diversas áreas (saúde, educação) que lidam diretamente com este público, de modo a auxiliá-lo sobre seus direitos e seu espaço na sociedade.

Este trabalho vem com um olhar para as necessidades de locomoção nos espaços públicos, que muitas vezes se tornam os maiores obstáculos. Com o aperfeiçoamento das políticas públicas de inclusão, nos tornaremos um país mais igualitário e justo.

## **Capítulo I. Um pouco da História das Políticas Públicas de Inclusão**

No Brasil as Políticas Públicas de Inclusão foram sendo implantadas no decorrer dos séculos. Começou timidamente como assistencialismo e com o tempo foi se firmando como políticas.

O atendimento às pessoas com deficiência teve início no Brasil na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

Começa no início do século XX a aparecer alguns institutos, e o primeiro foi o Instituto Pestalozzi em 1926, que era especializado em atendimento das pessoas com deficiência mental.

Em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

Na década de 50 houve uma grande epidemia de poliomielite no Rio de Janeiro, deixando muitas vítimas principalmente crianças. O Estado, sentindo a pressão da sociedade e dos familiares atingidos, que cobravam uma solução rápida para estas pessoas fundou em 1954 a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR). O grande foco desta instituição seria as vítimas de pólio e pessoas que ficaram com sequelas motoras pela doença.

Foi um marco para o Brasil a criação desta associação, pois antes disso não existia no País nenhuma instituição que tinha em um único espaço, médicos capacitados, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.

Em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. A inauguração oficial foi em 1957 pelo então Presidente Juscelino Kubitschek, que abriu uma Instituição de ponta para a reabilitação de pessoas com deficiência.

Em 1961 o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

A Lei nº 5.692/71, ao definir “tratamento especial” para os estudantes com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, encontra dificuldade do sistema no atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades/superdotação, não atingindo a eficácia esperada, fazendo com que os estudantes sejam novamente encaminhados para as classes e escolas especiais.

Nos anos 70 os Movimentos sociais se tornam protagonistas da sua própria história, com empenho e união lutaram pela sua independência e visibilidade na sociedade. Com isto foram vistos e ouvidos pelo Brasil todo.

Antes destes movimentos, muitas vezes se sentiam excluídos da sociedade, eram tratados principalmente como pessoas que precisavam de assistencialismo, e não de políticas que fossem efetivas, propiciando a este indivíduo o direito de ir e vir, em uma sociedade tão excludente.

Com as lutas, vieram os avanços sociais para esta parte da população. Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, que ficou responsável pela gerência da educação especial no Brasil. Foi um grande impulso nas ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

Nesse período, as políticas públicas ainda são vistas como “políticas especiais”, e não como uma iniciativa que veio fortalecida pelos Movimentos Sociais.

Com os Movimentos Políticos no Brasil, começaram se formar associações de pessoas com deficiência, de todos os tipos, e uma delas foi a Centro de Vida Independente (CVI) que deu importante contribuição. Surgiu no final dos anos 60, nos Estados Unidos, por meio de um grupo de pessoas com deficiência que resolveu abandonar a proteção do ambiente institucional e sair às ruas para protestar. Entre elas estava Ed Roberts, que fundou, em 1972, em Berkeley, Califórnia, o primeiro Centro de Vida Independente do mundo - uma ONG - organização não governamental sem fins lucrativos, que ressaltou as potencialidades das pessoas com deficiência muito severas e possibilitou a criação de recursos e serviços de apoio para essas pessoas, equivocadamente consideradas incapacitadas.

Hoje existem mais de 500 centros de vida independente nos Estados Unidos, que atuam com a cooperação de governos, universidades e empresas do setor privado, sendo que existe uma legislação para garantir fundos, infraestrutura e pessoal a tais centros.

No Brasil, o primeiro surgiu no Rio de Janeiro, em 1988, trazido pela jornalista, consultora e ativista de direitos humanos, Rosângela Berman Bieler. Hoje, existem dezenas de CVIs em todo o país, com atividades dirigidas para pessoas com deficiência. A entidade não tem fins lucrativos e seu objetivo é promover uma vida independente, produtiva e de melhor qualidade para quem possui deficiência, por meio de informações, suporte e encaminhamento, com o

apoio de equipes de prestação de serviços e voluntários. Fornece, assim, à pessoa com deficiência, os serviços essenciais que lhe possibilite viver com mais independência na comunidade, assumindo maior controle sobre sua própria vida.

Com a criação destes Centros e junto com os Movimentos sociais, esta parcela da população finalmente começava a ter direitos reconhecidos pelos governos, e também pela sociedade. A luta está só começando, mas já tinha uma luz para seguir, que era a visibilidade como pessoa, ou cidadã.

Podiam com isso exigir dos governos dos seus Estados políticas de acessibilidade e mobilidade urbana, como rampas em lugares só com escadas, elevadores no metrô, piso tátil por toda a cidade, sinais sonoros, e muitas outras medidas que facilitam este indivíduo circular pela cidade livremente, sem ser impedido pelas barreiras arquitetônicas. E principalmente a mudança de visão da população em relação a estas pessoas, pois a incapacidade dela só pode ser medida, quando não são dados meios para a sua efetiva inclusão.

E toda esta mudança acontece com a Constituição Federal de 1988, que vem trazer para estas pessoas uma lei que possibilitava uma visão mais ampla, que não discriminava pela cor, raça, idade, sexo. Dando a elas o pleno direito como cidadãs, e principalmente o ingresso no mercado de trabalho. Propiciando também o acesso das crianças com deficiência no ambiente escolar, dando oportunidades àqueles que por muitos anos foram tirados do convívio da sociedade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, traz para a sociedade e família o direito das crianças com deficiência frequentar a escola. Elas vão ser amparadas pelo Art. 55: “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

Reafirmando com isso o direito da criança e adolescente de frequentar a escola em toda a sua plenitude, independente do seu estado. Com muitas lutas, a Eca completou 27 anos em 2017 com várias conquistas, mas ainda tem muito a ser feito. O principal problema do estatuto até hoje é a divulgação dos direitos e deveres dos adolescentes no Brasil.

Observamos vários movimentos pelo mundo todo, em favor das pessoas com deficiências. Entre elas destacamos a Declaração de Salamanca, que é um documento das Nações Unidas “*Regras padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências*”, foi criado por grupos de advogados, governo, comunidade e pais, mas principalmente por organizações de deficientes. Representados por 88 governos e 25

organizações internacionais, em uma assembleia na Espanha entre os dias 7 e 10 de Junho de 1994, formularam uma carta reafirmando a Educação para Todos. Tendo como diretrizes:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Com este documento as pessoas com deficiências reafirmaram seus direitos, como cidadãos, podendo frequentar a escola regular, com toda a estrutura e atenção de profissionais especializados.

O desenvolvimento destas Leis ajudou as crianças com deficiência, a serem incluídas nas escolas regulares, facilitando assim a participação na sociedade. Não mais como pessoas que precisavam de assistencialismo, tendo a chance de frequentar a escola, e outros espaços comuns como: cinema, teatro, parques e qualquer espaço da cidade onde mora.

E principalmente puderam ser inseridas no mercado de trabalho, pois com uma maior instrução, hoje em dia podem disputar vagas igualmente com pessoas sem deficiência.

## Capítulo II. Inclusão Familiar

O autor Leo Buscaglia no seu livro “Os deficientes e seus pais- um desafio ao aconselhamento” diz que a família é um núcleo com várias faces.

A princípio a mãe seria quem comandava toda a engrenagem familiar, sendo aquela que organizava e distribui todas as tarefas. Era a primeira relação social do indivíduo. Se ela faltava por algum motivo, por exemplo, uma doença, à família se desorganizava e só seria reestruturada novamente quando outro membro da família tomasse seu posto. Mas isso dependeria da força que a família possuía e quais qualidades a mãe passou durante este período para os filhos.

Com esta inversão de papéis, onde a mãe terá uma função secundária, a pequena sociedade familiar terá que encontrar novos mecanismos para se reestruturar e voltar ao convívio da sociedade.

Recentes estudos nos mostra, que existem pequenos núcleos familiares independentes. Com eles foi sendo mudada a visão de mãe-filho, para a unidade familiar.

A família tem um importante papel na vida destas pessoas, são por meio delas que o deficiente tem mais chances de se sentirem bem acolhidas neste novo ambiente que está sendo inserido.

Vou narrar a minha estória, sobre a minha experiência pessoal de ter uma mãe cadeirante, que durante quase toda a sua vida, foi o núcleo e o porto seguro de toda a família.

Ela adquiriu uma doença em 2000, que a princípio não tinha nenhum diagnóstico. Só anos depois em uma consulta médica com um neurologista, que falou era Síndrome de Guillain-Barré, doença autoimune rara, que geralmente se desenvolve após infecções bacterianas e virais. No caso de minha mãe a doença se instalou da cintura para baixo, afetando mais uma perna do que a outra. O que a fez utilizar uma cadeira de rodas até seu falecimento em 2015. A nova situação exigiu novos papéis neste contexto familiar. Antes minha mãe era o centro de todo o núcleo, orientando o que era certo ou errado em determinado momento. A partir da presença da deficiência nós os filhos, nos tornamos os grandes protagonistas, ditando as novas normas.

Primeiramente, tivemos que mudar nosso modo de pensar e agir, pois mesmo vendo pessoas com deficiência no nosso dia a dia, não tínhamos nenhuma noção do que era ter uma cadeirante em casa, e o quanto isto poderia mudar nosso cotidiano e hábitos.

O começo foi muito difícil e estressante, fazendo com que nós tivéssemos que nos reinventar para conseguir acompanhar a nova situação. Sem saber o rumo a tomar, não

sabendo como agir com ela, ou mesmo conversar sobre o assunto, afinal ela era o centro de tudo, e isso foi mudado. Ao mesmo tempo, não queríamos que ela se sentisse frágil, perdida nesta nova etapa da sua vida.

Depois do primeiro choque da situação, começamos a aprender a conviver com uma cadeirante. Tivemos que mudar nossa rotina e pensamentos em relação a pessoas com deficiência.

O psicológico é afetado primeiramente, até que a “ficha” caia. Mas até isto acontecer, foram muitas noites sem dormir, muitas lágrimas e sofrimento. Depois do choque, veio à força, a vontade de mudar para melhor. De compreender que uma nova vida estava se abrindo, já que a possibilidade de andar novamente era remota. E o começo foi à aceitação da sua própria situação, de uma pessoa com deficiência e cadeirante.

Para que minha mãe tivesse o mínimo de liberdade dentro de casa, fizemos algumas adaptações, como: retirar tapetes, móveis, deixando o mais livre possível a área central da casa. Facilitando assim sua locomoção por todo o ambiente. Se foi difícil? Muito, tanto para os filhos, familiares e amigos, como para minha mãe, afinal uma pessoa tão ativa e independente, teve sua vida mudada do dia para a noite.

Foi neste período que ela começou a frequentar a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR). Por intermédio desta Instituição, ela começou a ser independente, aprendeu atividades manuais, como: fabricação de cestos, porta retrato, caixa com folhas de jornais, etc. Eram ensinadas também aos cadeirantes pequenas atividades que pudessem ser desenvolvidas dentro de casa, como: cozinhar, lavar roupa, passar roupas, ir ao banheiro, deixando os cadeirantes, mais independentes, tanto entro de casa, como fora dela. Eles também reaprendiam coisas básicas como amarrar o sapato, tomar banho, pois com a nova situação, muitas vezes tinham dificuldades em fazer alguns movimentos, que antes eram naturais.

O Terapeuta Ocupacional era o, responsável por todo este aprendizado contribuiu para que ela aprendesse a se locomover com a cadeira de rodas, que era a grande dificuldade para uma pessoa que sabia andar e perdeu os movimentos das pernas. De grande importância foi também contribuição da fisioterapia, que era administrada duas vezes por semana, para estimular os músculos inferiores, de maneira a não deixar atrofiar ou impedir a circulação sanguínea, que é o maior problema do cadeirante. Tudo isso gerava muita tensão, para minha mãe, afinal você ter que reaprender depois de adulto a se locomover em uma cadeira de rodas é muito difícil.

Isso durou um ano, de idas e vindas para a ABBR. Depois este tempo ela recebeu alta para poder utilizar todas as técnicas aprendidas na instituição. Foi de grande utilidade este período, tanto para ela como para os filhos. A partir daí, mais preparada, física e psicologicamente, ela pode se tornar mais independente e livre para tomar suas próprias decisões. Dentro das suas limitações pode exercer o seu direito de ir e vir, na sociedade, sem depender exclusivamente de nós, os filhos. Com isso, sua autonomia se tornou plena, ajudando nos afazeres diários, até o final da sua vida. Ao mesmo tempo, o enfrentamento desta situação também proporcionou para nós a certeza de que as pessoas com deficiência podem e devem participar das decisões e discussões sobre sua vida.

As maiores dificuldades foram de locomoção, como ela poderia participar de algum evento fora de casa? E como ela iria a este local?

Pois muitas vezes, os taxistas se recusavam a levar sua cadeira de rodas, ouvíamos várias desculpas, como: “o espaço do porta-malas é pequeno”, “tenho gás e sobrou pouco espaço”, “não tenho como levar cadeirantes”, e várias outras desculpas para não transportar uma pessoa com deficiência.

Vencida esta etapa, era saber se no local existia elevador, ou só escada. Começava assim a dificuldade de mobilidade, que é uma questão muito grave na nossa cidade e digo também no Brasil, pois a Política Pública de mobilidade para as pessoas com deficiência ainda é muito tímida, mesmo nos grandes centros urbanos. A criação da Lei ABNT NBR 9050/15 que diz: “Esta Norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade”, a criação da lei não garante à adaptação dos prédios a utilização das pessoas com deficiência, dificultando o convívio social, ou mesmo de trabalho, o que restringe estas pessoas ao seu núcleo familiar.

O direito de se locomover na cidade fica muito restrito para as pessoas com deficiência. Não porque elas não são capazes, mas sim, por estar impossibilitadas, muitas vezes, de se movimentarem, por falta de ambientes adaptados a sua realidade, e também a falta de sensibilidade das pessoas para com os deficientes.

## Capítulo II. Formação de Professores.

Com a criação do Plano Nacional de Educação (PNE-1996), foram encaminhados avanços para a concretização da “escola inclusiva”, com isso foram sendo feitas intervenções nas escolas com o propósito de formar professores e gestores para uma educação mais especializada, que incluíam creches, pré-escolas, centro de educação infantil, escolas regulares de ensino fundamental, médio e superior, além de instituições especializadas. As maiores preocupações com os “educandos especiais” foram vistas como primordiais nas escolas e instituições, pois a visão de inclusão de alunos foi se ampliando e se consolidando, com a formação de professores para atuar em sala de aula, auxiliando seu aluno com deficiência.

Na formação inicial é preciso superar a histórica dicotomia entre teoria e prática e o divórcio entre a formação pedagógica e a formação no campo dos conhecimentos específicos que serão trabalhados na sala de aula. A formação continuada assume particular importância, em decorrência do avanço científico e tecnológico e de exigência de um nível de conhecimentos sempre mais amplos e profundos na sociedade moderna. Este Plano, portanto, deverá dar especial atenção à formação permanente (em serviço) dos profissionais da educação. (PNE 2000 p. 98 )



Isso nos faz enxergar a importância da formação dos professores para que seus alunos sejam beneficiados com todos os recursos que a escola possa oferecer.

Conversando com uma professora do Município do Rio de Janeiro, ela relatou que a partir de 2003, com a Instituição do Programa de Educação Inclusiva, houve um aumento de alunos em salas regulares desencadeando uma necessidade de cursos de aperfeiçoamento para os

professores. Situação que levou a prefeitura a desenvolver vários programas com oferta de cursos de formação de professores.

Em 2007, com a Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, salas com material pedagógico e de acessibilidade para a realização do atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização, surgiu o curso AEE (Atendimento Educacional Especializado). Todos estes programas mencionados estão ligados diretamente ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que é a matriz das Políticas Públicas de Inclusão no Brasil. O governo e a sociedade observaram um crescente atendimento de alunos com deficiência depois destas políticas, isto foi observado no censo de 2010:

A educação especial registrou em 2010, 702.603 matrículas, um aumento de 10% com relação a 2009. Segundo o presidente do Inep, o grande salto aconteceu no processo de inclusão de alunos com deficiência em escolas públicas regulares iniciado em 2007. Com a expansão de alunos especiais nas escolas regulares caíram as matrículas nas escolas exclusivas. Isso, explica Joaquim Neto, evidencia o êxito da política de inclusão na educação básica (BRASIL, 2010).

Isto nos mostra que políticas de inclusão bem elaboradas, podem ser eficazes e inclusivas, com benefícios tanto para o aluno, à família, como para a própria escola, com tanta diversidade pode formar cidadãos mais conscientes dos seus direitos.

Para tanto, a formação dos professores nos últimos anos visa formar para Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Gestão e Ensino médio/formação de professor, com conteúdo e práticas pedagógica, que possam facilitar o aprendizado deste aluno.

Os cursos de formação continuada ofertados pelo Município aos professores da educação surgiram pela carência de professores habilitados para a inclusão de alunos com alguma necessidade especiais, capacitando-os para o apoio escolar, ou mediação escolar.

Nas próprias Universidades temos poucas ofertas de disciplinas que possam auxiliar o professor no atendimento especializado na sala de aula. No meu próprio curso de Pedagogia temos um semestre de Libras o que é muito pouco, para que possamos nos comunicar com uma pessoa com surdez.

A proposta do MEC feita aos municípios para que capacitassem seus professores para o atendimento especializado, voltado para pessoas com deficiência, faz surgir o “Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade”, cursos e capacitações que são ofertados pelos municípios para seus professores obtenham uma especialização. Cada município seleciona professores-alunos da sua rede de ensino para fazer o curso, os quais devem atuar no Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou na sala de aula comum. Muitas vezes são

oferecidas nos dias e horários de aula, dificultando, a ida destes profissionais aos cursos, pois não há professores substitutos. Muitos cursos também são à distância, mesmo assim o professor com sua carga horária apertada, com provas, atividades, lançamento de notas, sentem dificuldades de participar destes.

Por outro lado, desses cursos, muitas vezes, deixa a desejar, são cursos rápidos, ou complementação, faltando o essencial que são as discussões sobre as Políticas Públicas de inclusão, recursos dentro da sala de aula e currículo adaptado. Com isso, o que deveria ser um aprofundamento dos seus estudos se torna apenas mais um curso, que o professor faz para aumentar o seu salário.

O grande problema também são os professores julgarem que não são capazes de trabalhar com um aluno com deficiência, se considerando despreparados para elaborar e desenvolver processo de aprendizado para estes alunos. Muitas vezes é atribuído ao aluno o fracasso escolar, sem ao menos, o próprio professor fazer uma autoanálise do seu desempenho.

Infelizmente muitas vezes, o que é ensinado nas salas de recursos não se articula com o que é dado na sala regular, dificultando o aprendizado deste aluno. O ideal seria que a matéria dada na sala de aula comum fosse reforçada e, muitas vezes, adaptada na sala de recurso, ajudando aquele aluno, na sua dificuldade de aprender o que lhe foi ensinado e fazendo com que o trabalho do professor regente, não seja paralelo ao realizado pelo mediador escolar na sala regular, e sim complementar. Entremos na questão do currículo adaptado a este aluno, que, muitas vezes, não é feito nas escolas, não contribuindo para minorar a grande dificuldade, sofrida pelo aluno com deficiência, de acompanhar os seus colegas de classe e aprender os conteúdos dado pelo professor.

Nessa direção, a visão de uma perspectiva inclusiva, se torna falha, para estes alunos com deficiência, altas habilidades e transtornos globais de desenvolvimento.

Mesmo assim temos casos de sucesso no meio destes alunos, quando temos a direção da escola, o professor buscando a capacitação e a família auxiliando neste aprendizado, fazendo acreditar que mesmo com algumas dificuldades a inclusão sempre é o melhor caminho. Por isso a formação continuada do professor deve ser prioridade para um sistema que se diz inclusivo. Ele deve ser estimulado e incentivado a participar das discussões, dos debates e principalmente de estar em contato com a família, pois é por intermédio dela que o professor pode traçar uma linha de aprendizado para este aluno, perdendo também o medo do desconhecido. As ferramentas ele já tem, que fazem parte do conhecimento adquiridos na

formação e nas capacitações, só falta colocar isto em prática, conferindo valor à adequação curricular, que deve ser vista como uma ferramenta que ajude no ensino e aprendizagem do aluno com deficiência.

## Capítulo IV. Inclusão Escolar

O grande problema nas escolas se manifesta no fracasso escolar de várias maneiras como: defasagem idade-série, crianças fora da escola, evasão escolar, mecanismos de aceleração para compensar os fracassos, más condições de trabalho dos profissionais da educação, formação inicial e continuada deficitária, dentre tantos outros.

Todo este conjunto de fatores, muitas vezes, impossibilita o aluno de ter um rendimento ou o leva a desistência de continuar estudando.

Devemos analisar todo o contexto da escola para podermos nos conscientizar das condições onde ocorrem os problemas de aprendizado, e propor soluções para um impulsionar o rendimento escolar. O Estatuto da pessoa com deficiência vem reforçar o papel da escola na Lei nº 13.146/2015.

**Art. 27.** “A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem”.

*Parágrafo único.* É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.(BRASIL,2015)

O grande desafio é derrubar barreiras internas e externas, para que este aluno seja recebido dentro da sala de aula como cidadão, e não mais como uma pessoa diferente. Somos múltiplos, aprendemos/ensinamos de forma diferente, em tempo e espaço diferentes e precisamos ter respeitado nossas diferenças e especificidades. Ser diferente não quer dizer ruim, devemos observar, quando lutamos tanto para a inclusão de pessoas com alguma deficiência que pode nos levar ao erro de excluí-las sem perceber, porque cada indivíduo tem sua própria característica e necessidades individuais.

Este aluno, incluído em salas regulares, muitas vezes, não tem o suporte técnico como: professor com formação específica para atendê-lo, participação da direção da escola, e principalmente o envolvimento da família neste contexto. As barreiras são imensas para a efetiva participação deste aluno entre vários segmentos da sociedade e devemos combater isso com o maior empenho, pois como profissionais da educação, somos impelidos a sermos exemplos para a sociedade.

Com todas as leis e documentos existentes sobre a inclusão, temos base para promover uma excelente educação inclusiva. O maior problema é a desigualdade dos países em

desenvolvimento, dificultando assim os projetos educacionais. Mesmo com todo este suporte, ainda não é assegurado a sua total concretização.

Uma educação inclusiva se baseia não só nas diferenças, mas na permanência destes alunos nas salas de aula. Carvalho (2007) nos aponta que o Brasil tem muita dificuldade neste quesito, e isso, é constatado pelos dados estatísticos que são levantados para saber como o ensino está progredindo no nosso País. E a escola que temos hoje é muito excludente, tanto para os alunos deficientes, como para os alunos de turmas regulares.

Temos de derrubar as barreiras, sociais, econômicas, atitudinais e culturais, e a sociedade tem o papel importante de participar na derrubada dessas barreiras, pois só através do convívio na sociedade que a pessoa com deficiência poderá ser vista como um cidadão que tem suas necessidades e anseios.

## Capítulo V. Inclusão Social

Para falarmos de inclusão, primeiramente devemos falar de exclusão, e os fatores de exclusão são: biopsicossociais. Temos que falar das deficiências físicas, psicológicas e intelectuais, e, em um segundo momento, das desigualdades sociais, tais como as diferenças dos indivíduos, que geram a segregação, humilhação e hostilidade.

No combate as discriminações apareceram os Movimentos Sociais, que vieram da organização das pessoas com deficiência, que por muitos anos não puderam opinar sobre a sua própria situação, fazendo da luta, um movimento de inclusão e respeito, para batalhar por uma sociedade mais igualitária. Tudo isso é falado no livro de Carvalho *“Educação Inclusiva com os Pingos nos Is”* (2005).

Quando pensamos em inclusão social, imaginamos logo em como esta pessoa com deficiência irá conviver em sociedade. E isso depende de todos nós, pois sem o envolvimento dos órgãos responsáveis e o próprio cidadão comum, ficam muitas vezes inviáveis certas mudanças.

O mais difícil seria o simbólico, pois vem do imaginário das pessoas, que se um deficiente não pode viver sozinho, isso vira regra, e é neste ponto que a mudança deva ser feita, para que a sociedade olhe com mais atenção à pessoa com deficiência, e veja nela grandes possibilidades.

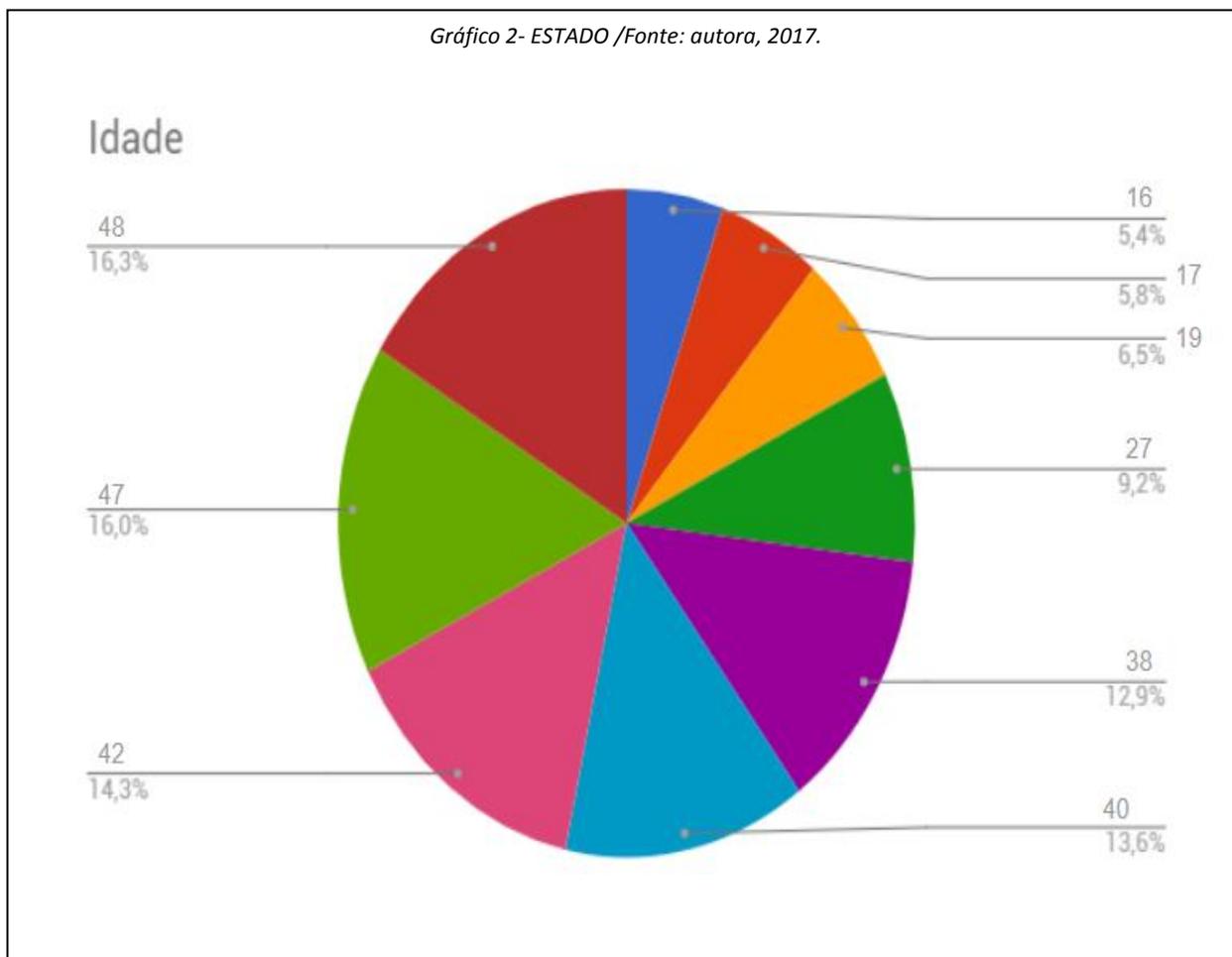
Outro o problema visível é o da mobilidade, como por exemplo: porta com o tamanho inadequado, falta de rampas e piso tátil, ajustes simples que se feitos que tornariam enormes no dia a dia destas pessoas. No entanto, mesmo com a recente da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, infelizmente a situação ainda continua muito complicada. Diz a Lei nº 13.146/15 em seu Art.3º:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistema de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamento que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

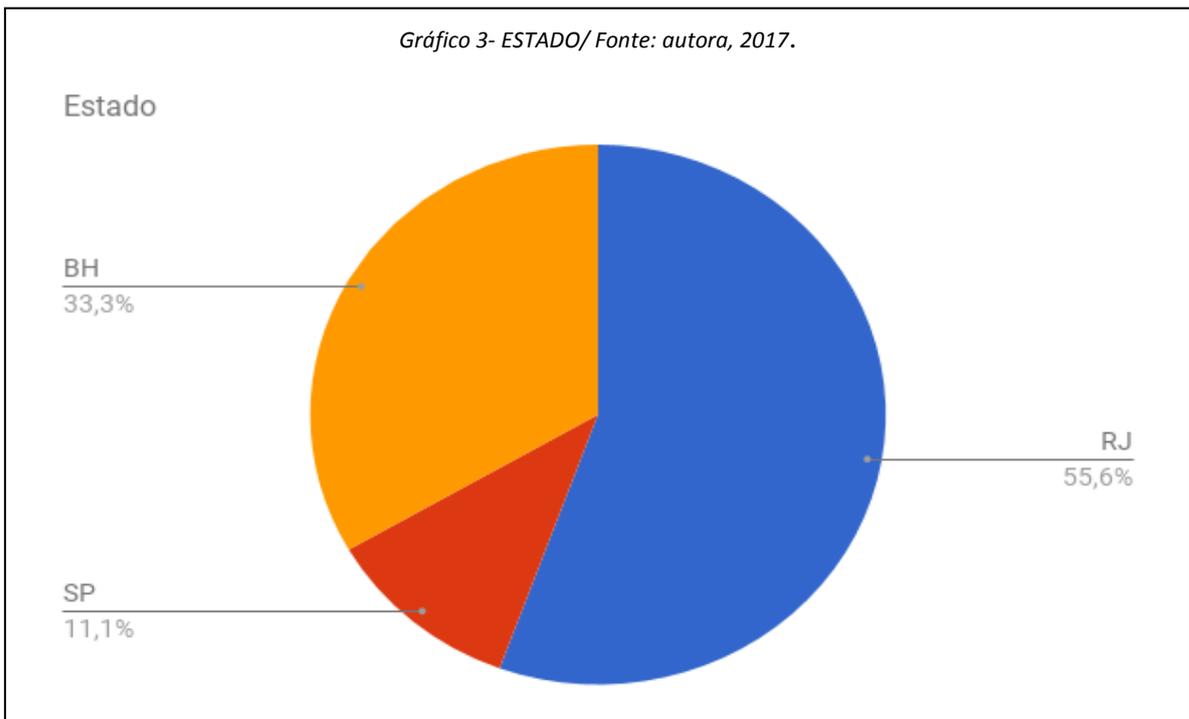
Como foi dito além da mobilidade, a mudança deve vir da informação dada à própria população, quando bem informada, se torna uma grande aliada do deficiente. E isso, inclui a família, escola e Estado.

Nas Paralimpíadas 2016, pude ver como pequenas mudanças podem facilitar o ir e vir destas pessoas. Como estas pessoas estavam felizes por estar em um grande evento sem necessidade de ter uma pessoa a seu lado o tempo todo para, ajudar no ônibus, metrô ou outro transporte público. Afinal os meios de transportes funcionaram muito bem durante os jogos, facilitando a locomoção de todas as pessoas deficientes ou não.

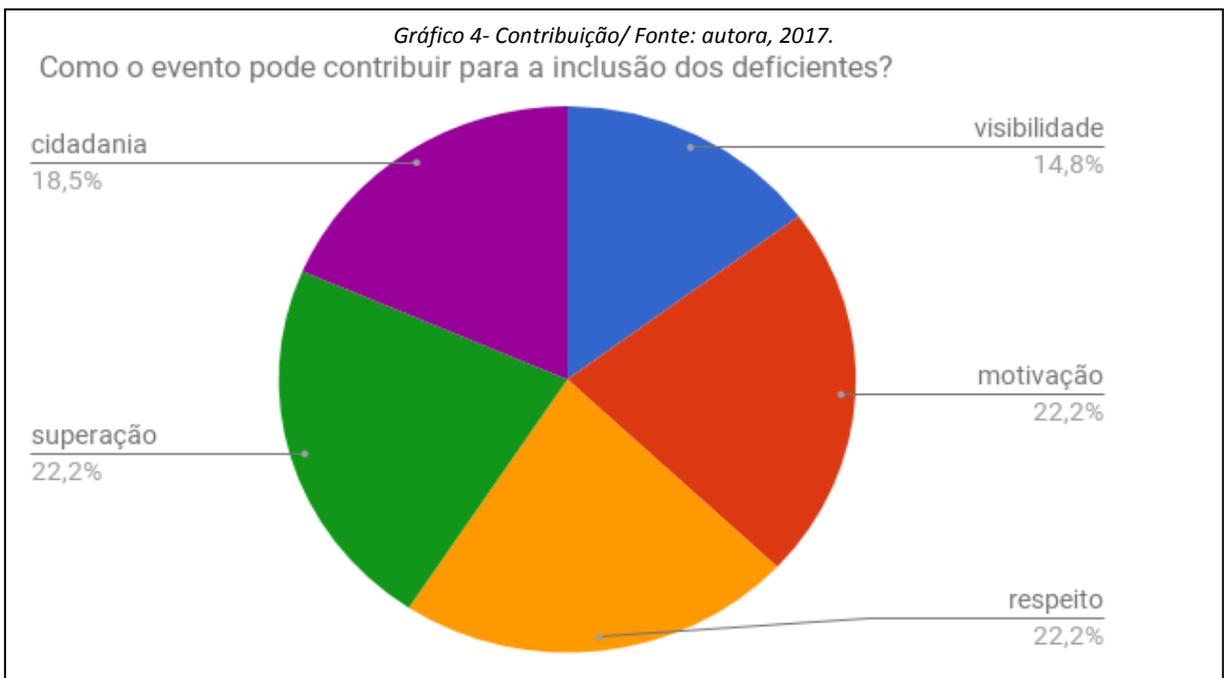
Aproveitei para fazer um questionário com elas, perguntando principalmente qual a dificuldade de transitar pela cidade?



Idade das pessoas com deficiência pesquisadas no questionário: 16 anos (5,4%), 17 anos (5,8%), 19 anos (6,5%), 27 anos (9,2%), 38 anos (12,9%), 40 anos (13,6%), 42 anos (14,3%), 47 anos (16,0%) e 48 anos (16,3%).



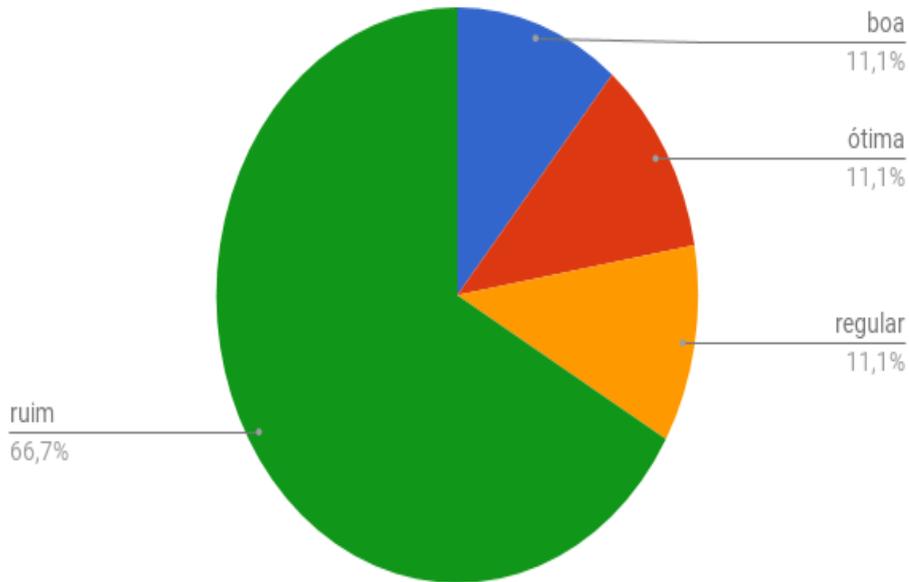
As pessoas que responderam ao questionário eram dos estados do Rio de Janeiro (55,5%), Belo Horizonte (33,3%) e São Paulo(11,1%).



O evento proporcionou as Pessoas com Deficiência: Motivação (22,2%), Superação (22,2%), Respeito (22,2%), Cidadania (18,5%) e Visibilidade (14,8%).

Gráfico 5- POLÍTICAS PÚBLICAS/ Fonte: autora, 2017.

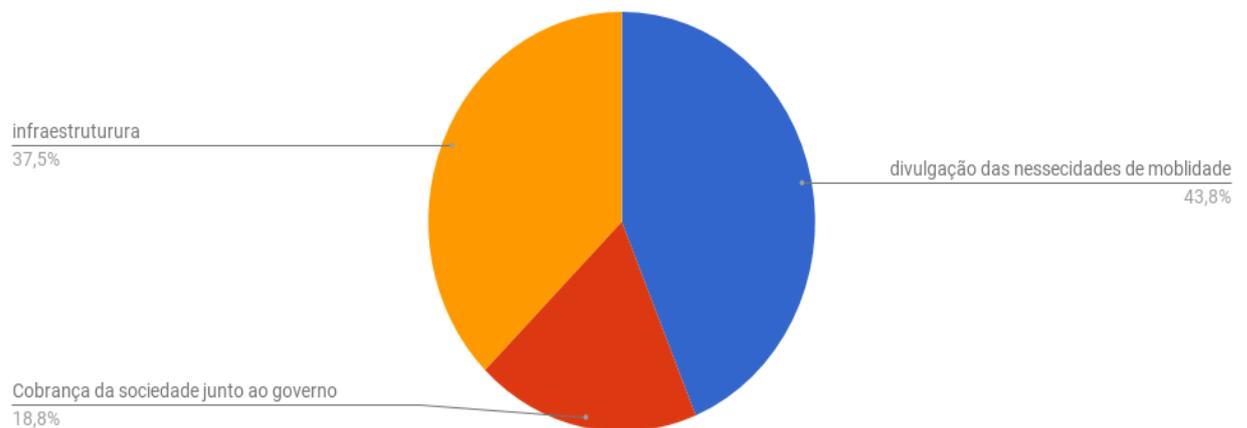
O que você acha das Políticas Públicas de inclusão no Brasil ?



Parâmetros das Políticas Públicas de Inclusão: Ótima (11,1%), Boa (11,1%), Regular (11,1%) e ruim (66,7%). Podemos ver no gráfico que ainda temos muito que melhorar nas Políticas Públicas.

Gráfico 6- PROPOSTA /Fonte: autora, 2017.

Quais propostas você indicaria para melhorar a mobilidade em sua cidade ?



As propostas que foram analisadas pelas pessoas com deficiência: Divulgação das Necessidades de mobilidade (43,8%), Infraestrutura (37,5%) e Cobrança da sociedade junto ao Governo (18,8%). Observando o gráfico, podemos dizer que as pessoas com deficiência desejam é uma maior divulgação da necessidade de uma melhor mobilidade dentro do centro urbano.

E os relatos foram sempre muito parecidos como “falta de políticas de inclusão”, “transportes adaptados e em grande quantidade”, “A discriminação da própria sociedade com a pessoa com deficiência”, “A possibilidade de ir e vir naturalmente”, “O direito de ir ao cinema, teatro e show, sem constrangimento”, “Mais modelos de carros adaptados”, “Estudar em uma universidade, sem problema de locomoção”. Estas são algumas das queixas, durante a coleta de dados. Foram relatos espontâneos e pontuais, eles só queriam ser ouvidos nas suas reivindicações.

Durante um curto espaço de tempo, que foram as Paralimpíadas estas pessoas tiveram o direito de circular pela cidade livremente, participando de todas as atividades, encontros, apresentações e shows.

Um evento que nos mostrou como é fácil quando todos se mobilizam para um bem maior, que é a inclusão social. Tudo foi feito com capricho e atenção para os detalhes. Proporcionando uma mobilidade fácil e tranquila durante todo o evento, dando a estes indivíduos o direito de circular pela cidade, os espaços internos e externos com desenvoltura.

## Conclusão

Este trabalho teve como base para a apresentação da proposta de uma sociedade inclusiva três eixos centrais Os Movimentos Sociais, a Narrativa de Experiências e a Inclusão escolar nas salas regulares. No primeiro momento, durante a pesquisa sobre as leis e movimentos sociais, foi constatado que as lutas sempre estiveram presentes na Inclusão de pessoas com deficiência.

A criação das instituições especializadas proporcionou a estes indivíduos, uma inclusão parcial através do conhecimento (formação) adquirida, mas ainda estávamos longe da inclusão plena. Com as minhas leituras sobre o tema, foi possível observar as marcas da passagem do tempo entre a luta das famílias, pelos seus membros com deficiência, até o momento em que eles próprios passam a criação dos movimentos sociais no Brasil.

Em 1970, um grupo de pessoas com deficiência, cansado de ficar à margem da sociedade, fez um levante pelas ruas gritando “que eles também tinham direitos”, estavam lutando por eles.

As leis para as pessoas com deficiência no Brasil, foram bem estruturadas e bem feitas. O Plano Nacional de Educação (PNE) foi uma delas, mas infelizmente ele foi criado em uma estrutura totalmente homogênea, onde o indivíduo deveria ser incluído no ambiente escolar, sem ter conhecidas suas diferenças e dificuldades existentes.

Dentro deste contexto de formação e inclusão temos a formação de professores, que com o decorrer dos anos foi sendo a grande prioridade no ambiente escolar. Com uma formação mais específica professores podem trabalhar com mais tranquilidade e motivação nas salas de aula. Facilitando assim o aprendizado destes alunos. Afinal, muitas vezes, não tendo o suporte adequado dentro da sala de aula a inclusão em salas de aula regular muitas vezes se tornou exclusão, pela falta de preparo e suporte adequado a estes alunos.

Outro fator importante que pude verificar durante este trabalho é que a família tem um papel primordial para esta inclusão, onde o indivíduo com deficiência é visto e ouvido na sociedade. Com sua força e empenho a família pode propor mudanças nas políticas ultrapassadas e, que podem ser trocadas por leis mais dinâmicas e eficazes para o atendimento das pessoas com deficiência. Leis que os amparem nas coisas mais simples como se locomover pela cidade, ou estudar em escolas que os olhem verdadeiramente estes indivíduos e o de fato contribua para sua formação, criando condições para que possam participar das decisões que afetam diretamente sua vida.

Durante a coleta de dados nas Paralimpíadas, observei a importância do apoio familiar, em momentos de dor, dúvidas, estresses e falta de esperança. Com a própria força estas pessoas conseguiram ver que poderiam fazer muito por elas, e ter uma melhor qualidade de vida.

A sociedade também deve participar mais ativamente da inclusão das pessoas com deficiência, afinal a convivência com o outro é fundamental para elas. No decorrer deste trabalho o que percebi foi muita falta de informação sobre o que é deficiência e a dificuldade de locomoção dentro da cidade. Fala-se muito em inclusão nos meios televisivos, em jornais e mesmo nas escolas, mas muitas vezes as informações são superficiais e erradas. Isto dificulta a população compreender a real necessidade de uma pessoa com deficiência. O que falta para o Brasil é um olhar diferenciado para seus problemas, sem o caráter de assistencialismo, e sim de direitos.

E só vemos o outro quando passamos por uma situação de deficiência na família, como falo na minha narrativa de experiência, quando me vi na situação de filha de uma cadeirante é que pude aprofundar e conhecer melhor o universo da pessoa com deficiência.

Através de um olhar diferenciado e cuidadoso percebo que primeiramente são as pessoas que devemos enxergar e não a doença, transtorno, síndrome ou limitação. Cometemos um erro ao nos depararmos com uma pessoa com deficiência, quando olhamos sua limitação em primeiro lugar.

Entendo que como futura professora, preciso que ter sensibilidade para com meu aluno com deficiência, vê-lo como um ser que pensa, sente e tem opinião. E, com todas estas questões sobre a inclusão da pessoa com deficiência, concluo que as leis, estatutos e movimentos são um progresso bastante significativo, porém sozinhos não fazem o efeito esperado na sociedade. Devemos mudar nosso olhar, ver além da deficiência e desenvolver práticas que contribuam para a promoção de meios necessários para uma sociedade inclusiva.

## Referências Bibliográficas

ABBR- Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação >Disponível em: <https://www.abbr.org.br/abbr/historico/historico.html>> acesso em: 28/03/2017.

BENGALA LEGAL: **Acessibilidade, Inclusão Social e Direitos Humanos**>Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/c-v-i>> acesso em 27/03/2017.

BRASIL. **Constituição de 1988**, art. 206, inciso V

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais Brasília: UNESCO, 1994.**

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC,1999.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_. Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, 7 jul. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/1131146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/1131146.htm)>. Acesso em: 19/ 07/ 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB** 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Educação Básica.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=16179:censo-registra-515-milhoes-de-matriculados-em-2010>>. Acesso : 29/10/2017

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008 a. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008]. Disponível em : [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014)>. Acesso: 27/06/2016.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Estatuto da pessoa com Deficiência, coordenação de edições técnicas, 2015**.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva com os Pingos nos Is**.2.ed.Porto Alegre: Mediação, 2005.

DIVERSA: **Educação Inclusiva na Prática** Disponível em:< <http://diversa.org.br/artigos/quais-sao-desafios-inclusao-pessoa-deficiencia/>>. Acesso em: 28/03/2017.

GARCIA, Maria Cardoso. **Política de Educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil**: Revista Brasileira de Educação: v.18. nº 52- jan./mar. 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

UNICAMP. **LAB- Laboratório de Acessibilidade em veículos Automotores**. Disponível em: <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/legislacao/normas-tecnicas/ABNT9050.pdf/view>>. Acesso em :27/07/2017.

Viver sem limites – Plano nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência Disponível em [http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_generico\\_imagens-filefield-description%5D\\_0.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_0.pdf)> .Acesso em:19/03/2017

**Anexo:**

<b>Questionário sobre Políticas Públicas de Pessoas com Deficiências (UNIRIO):</b>
<b>Idade:</b> _____
<b>País:</b> _____
1- Qual a sua deficiência?
<input type="checkbox"/> Motora <input type="checkbox"/> Visual <input type="checkbox"/> Auditiva <input type="checkbox"/> Outros
2- Como este Evento (Paralimpíadas) pode contribuir para a inclusão de pessoas com deficiências?
<input type="checkbox"/> Visibilidade <input type="checkbox"/> Motivação <input type="checkbox"/> Respeito
<input type="checkbox"/> Superação <input type="checkbox"/> Cidadania
3- O que você acha das Políticas Públicas de Inclusão no Brasil?
<input type="checkbox"/> Ótima <input type="checkbox"/> Regular
<input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Ruim
4- Qual (is) proposta (as) você indicaria para melhorar a mobilidade em sua cidade/país?
<input type="checkbox"/> Maior divulgação das necessidades de mobilidade nas faculdades, escolas, mídias, etc.
<input type="checkbox"/> Cobrança da sociedade junto ao Governo;
<input type="checkbox"/> Infraestrutura (rampa, sinal sonoro, piso tátil ,etc.).